

# O aspecto simbólico do arquivo pessoal de Dom Adriano Hypólito<sup>1</sup>

## *Symbolic aspect of the personal archive of Dom Adriano Hypólito*

Bruno Ferreira Leite

Arquivista, Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e funcionário da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)  
brunofl.arquivo@gmail.com

**RESUMO:** Com o presente artigo, busca-se analisar a relevância e os usos feitos do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito, terceiro bispo da Diocese de Nova Iguaçu, RJ, na sustentação de um projeto identitário que visava manter as práticas e a imagem dessa Diocese ligada à vertente progressista adotada pelo bispo durante seu governo (1966-1994) à frente da Cúria Diocesana. Para atingir esse objetivo, adotamos o Estudo de Caso, elegendo o arquivo pessoal do bispo como objeto de estudo, os anos de sua atuação à frente da Diocese como recorte temporal e o contexto de Nova Iguaçu à época como recorte espacial. Foram feitas pesquisas *in loco*, no Arquivo Diocesano, custodiado na sede da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, onde está seu arquivo pessoal. Entrevistamos o responsável pelo Arquivo Diocesano, o Sr. Antônio de Menezes, e a Sra. Sada, “braço-direito” de Dom Adriano à época. Identificamos uma relevante projeção da imagem de Dom Adriano como símbolo de luta contra a ditadura civil-militar brasileira. Concluímos que tal projeção é reforçada pelos usos de seu arquivo pessoal, principalmente por agentes da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.

**Palavras-chave:** Dom Adriano Mandarino Hypólito, Arquivo Pessoal, Identidade.

**ABSTRACT:** *We seek in the present article to analyze the relevance and uses of the personal archives of Dom Adriano Mandarino Hypólito, third bishop of the Nova Iguaçu Diocese in Rio de Janeiro, by means of sustaining an identity project aiming at supporting the practices and the image of the Diocese, linked to a progressive stance adopted by the bishop during his term as the Head of the Diocese Curia (1966-1994). In order to reach that goal we conducted a Case Study, choosing the bishop's personal archive as its object, his years in charge of the Diocese as a temporal framework and the context of Nova Iguaçu in those days, as the spatial framework. We performed field research in the Diocesan Archives, under the custody of the Curia's headquarters in Nova Iguaçu, home to his personal archives. We interviewed the head of the Diocesan Archive, Mr. Antônio de Menezes, and Ms. Sada, Dom Adriano's right hand at that time. We identified a relevant projection of Dom Adriano's image as a symbol of the struggle against the Brazilian civil-military dictatorship. We concluded that such projection is reinforced by the use of his personal archive, especially by agents from the Nova Iguaçu Diocesan Curia.*

**Keywords:** *Dom Adriano Mandarino Hypólito, Personal Archives, Identity.*

## Introdução

Uma das premissas da análise arquivística, seja no trabalho de pesquisa acadêmica ou na prestação de serviços especializados, é o estudo sobre os produtores do arquivo por meio de sua história ou biografia, seu contexto de atuação e inserção social, seus objetivos, funções, atividades, o estado de conservação dos documentos, etc. Há, portanto, um levantamento de dados sobre o arquivo e seu produtor antes de qualquer afirmação ou intervenção. Nesta linha, vide a importância da produção desses conhecimentos acima relacionados para se compreender o próprio arquivo, fizemos um esforço de contextualizar a trajetória de Dom Adriano para, posteriormente, apresentar um levantamento de seu arquivo pessoal. Contudo, antes cabem algumas observações.

O sociólogo Charles Wright Mills sustenta a ideia de que, para compreendermos as modificações de muitos ambientes pessoais, temos a necessidade de olhar além deles (MILLS, 1982, p.17). De acordo com este autor, e direcionando seu raciocínio para esta pesquisa, devemos reconhecer Dom Adriano como um homem de seu tempo, situado em determinados contextos socioespaciais. Para essa tarefa, podemos percebê-lo como um intelectual de ação, que viveu o auge de sua vida produtiva como bispo da Diocese de Nova Iguaçu, entre 1966 e 1994, em pleno período do regime civil-militar brasileiro (1964-1985). Para ratificar nossas afirmativas, retomamos Mills, ao ressaltar que a vida de um indivíduo não pode ser compreendida adequadamente sem referência às instituições dentro das quais sua biografia se desenrola (MILLS, 1982, p. 175). Portanto, é preciso perceber Dom Adriano como um membro da Igreja Católica, e não simplesmente como militante civil. Sua posição eclesiástica implicou, certamente, facilidades e dificuldades para a realização de algumas de suas ações.

Também é importante lembrarmos que a Diocese de Nova Iguaçu é percebida ainda hoje como um símbolo de luta contra a ditadura civil-militar. Esta imagem da Diocese ancora-se – mas não totalmente – no que Dom Adriano representou enquanto bispo à sua frente, sendo identificado como adepto da Teologia da Libertação<sup>2</sup>. Informações que nos levam, inclusive, a perceber a não linearidade das trajetórias individuais, pois, segundo o próprio Dom Adriano, foi o povo da Baixada Fluminense que o “converteu”. Nesse caso, esta conversão remete à mudança de relação de Dom Adriano com a população mais carente, ou seja, antes de ele ter contato mais direto com o “povo sofrido da Baixada”<sup>3</sup> – como ele mesmo caracterizava –, suas preocupações seriam mais formalistas, eclesiais e voltadas para o interior da Igreja, e não tanto para a vida cotidiana dessa população.

Nascido em 18 de janeiro de 1918, em Aracaju, Sergipe, foi batizado com o nome de Fernando Polito. Em 1929, aos 11 anos, mudou-se para Salvador, Bahia, para cursar o ginásio, a mando de seu pai, Nicolau Polito, que lá passou a residir.

De acordo com publicação da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, sua vocação religiosa era alimentada por sua mãe, Isabel Mandarino Polito, e estimulada por seu contato com os padres franciscanos (CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 35).

Em outubro de 1942, o então frei Adriano Hypólito é ordenado padre na Igreja de São Francisco, em Salvador. Em janeiro de 1943 é transferido para o Colégio Seráfico de Santo Antônio, em Ipuarana, Paraíba, para exercer as funções de professor de Português e Música.

Em julho de 1948, viaja para Portugal e outros países da Europa para estudar Língua Portuguesa e História. Retorna ao Brasil em 1955, para o Colégio Seráfico de Ipuarana, onde permanece por mais de oito anos e chega a ser diretor de estudos.

Em 1961, foi transferido para o Convento de São Francisco da Bahia para atuar como mestre dos clérigos e diretor espiritual da Arquidiocese de Salvador, a pedido do Cardeal-Arcebispo Dom Augusto. Em 1962 é nomeado vigário-geral da Província Franciscana da Imaculada Conceição, com sede em São Paulo. Logo em seguida, em 22 de setembro de 1962, é nomeado Bispo-Auxiliar de Salvador pelo então Papa João XXIII. Como Bispo-Auxiliar, participa do Concílio Vaticano II, nas sessões de 1963, 1964 e 1965.

Dom Adriano é então nomeado bispo da Diocese de Nova Iguaçu pelo Papa Paulo VI, em 1966, cargo em que permaneceu até 1994.

Nesse período, tocado pela experiência do Concílio Vaticano II, o então bispo de Nova Iguaçu provocou repercussão devido a seus atos e à forma de pensar a Igreja e a sociedade. De acordo com publicação recente da Cúria,

a acolhida que lhe deu o povo foi afetuosa e marcada pela esperança. Na nova missão, Dom Adriano conseguiu conscientizar aquela gente para lutar por direitos essenciais e, nessa empreitada, acabou por revolucionar positivamente a própria existência. Conscientização passou a ser uma palavra-chave para o bispo de Nova Iguaçu, convicto de que um cidadão informado e consciente luta pelos próprios direitos e os da coletividade. (CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU, 2010, pp. 36-37).

Agindo nessa linha, destacamos sua participação e seu apoio explícito a movimentos populares na região da Baixada Fluminense, principalmente em Nova Iguaçu. Não se denominava militante de esquerda e julgava-se a favor dos Direitos Humanos. Ajudou na criação e manutenção do Movimento de Amigos do Bairro (MAB)<sup>4</sup>, em Nova Iguaçu. Nas várias participações em reuniões, o bispo mantinha contato com representantes das comunidades da região da Baixada Fluminense e com representantes da Igreja (do Brasil e do exterior, principalmente da Alemanha, de onde recebeu apoio financeiro e ideológico).

Encontram-se em seu arquivo pessoal algumas fotos nas quais podemos identificá-lo junto a manifestações populares, tais como comunidades em posse de terras, apoiando a população que o recebia, em encontro com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dom Adriano também lecionou música durante algum tempo. Buscava sempre registrar suas visitas às comunidades carentes, geralmente com a ajuda de Fernando Leal

Webering, seu sobrinho. Escrevia para o semanário litúrgico de sua Diocese, o periódico *A Folha*, no qual sempre redigia crônicas sobre o cotidiano que posteriormente, em 1982, foram reunidas em um livro intitulado *Imagens de Povo Sofrido*, publicado pela Editora Vozes. Dom Adriano faleceu pouco tempo depois de sair da administração da Cúria, em 10 de agosto de 1996.

Até aqui se percebe a amplitude de atuações de Dom Adriano, e isso se reflete na construção de seu arquivo pessoal, sendo que o período em que ele foi bispo de Nova Iguaçu destaca-se fartamente documentado e preservado até então em seu arquivo pessoal.

Com relação à gestão de Dom Adriano à frente da Diocese de Nova Iguaçu, pode-se dizer, então, que ele participou de seu contexto estando não só inserido nele, mas participando ativamente como um agente na construção e manutenção desta vertente “de esquerda” da Diocese.

Sua atuação trouxe também represálias. Uma das mais marcantes foi a do dia em que o bispo foi sequestrado. Este fato foi amplamente noticiado, pois era a demonstração clara de um acirramento entre setores mais conservadores do regime civil-militar e setores mais progressistas dentro da Igreja Católica, no qual Dom Adriano se enquadrava.

O jornal *O Dia* foi um dos veículos de informação que divulgaram as notícias sobre o sequestro do bispo diocesano. Esse fato, que ocorreu no dia 22 de setembro de 1976, foi amplamente divulgado pelas mídias impressas nacionais. Sobre ele, dispomos de alguns documentos também encontrados no arquivo pessoal do bispo, como alguns recortes de jornais com notícias do sequestro que quais foram organizados, encadernados e contaram com a elaboração de um sumário.

Como pudemos observar, jornalistas de *O Dia* estiveram na coletiva de imprensa do dia 28 de setembro de 1976, no Centro de Formação de Líderes, onde o bispo relatou como foi seu sequestro (O DIA, 29/9/1976).

Na edição do dia 29 de setembro, o jornal dedicou espaço ao relato de Dom Adriano. Segundo o próprio bispo, sua entrevista coletiva expõe as mesmas informações que comunicou ao delegado Borges Fortes, responsável pelo caso, e disse não saber o motivo de ter sido sequestrado, pois alegou que não tinha ligação com partidos políticos, e seu trabalho consistia apenas em pregar o Evangelho da melhor forma possível (O DIA, 29/9/1976).

Com base em um panfleto publicado após o sequestro de Dom Adriano, assinado pela Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), podemos estabelecer um breve “diálogo” entre este documento, também guardado no arquivo pessoal do bispo, e a entrevista coletiva de Dom Adriano. Nesse panfleto, o bispo de Nova Iguaçu é acusado de ser comunista. Publicado após seu sequestro, destacamos no texto as seguintes passagens: “A AAB [...] combate os comunistas de batina, como D. ADRIANO HIPÓLITO [...]” e “Não era intenção da AAB abandonar D. ADRIANO HIPÓLITO nu, na via pública, quando menos fosse, pelo respeito aos moradores locais. Todavia, o fizemos [...]”. No final do panfleto, destacamos a frase que

dá início ao último parágrafo do texto: “Cuidem-se e aproveitem a vida que lhes resta, bispos vermelhos!” (ALIANÇA ANTICOMUNISTA BRASILEIRA, [1976?]).

Não tendo fontes suficientes para confirmar a relação entre algumas informações, atentamos para uma reportagem do jornal *O Dia*, datada de 1º de outubro de 1976. Com o título “Outro bispo sofre ameaças e pede proteção às autoridades”, é publicada a denúncia de intimidações sofridas por Dom Waldyr Calheiros uma semana após o sequestro de Dom Adriano. Na época, Dom Waldyr era bispo de Volta Redonda (O DIA, 1/10/1976).

Além desse veículo, outros também deram visibilidade ao caso, como o jornal *O Fluminense*, que afirma que na entrevista coletiva, Dom Adriano falou cerca de 75 minutos para aproximadamente 30 jornalistas (O FLUMINENSE, 29/9/1976). Outro jornal, a *Gazeta de Notícias*, também publicou o resumo da coletiva de imprensa de Dom Adriano. Nesse jornal, pudemos observar que Dom Adriano relata que os sequestradores o ameaçaram, dizendo que havia “chegado a hora dele” e que depois seria a vez do bispo Calheiros, de Volta Redonda. Mais à frente, o bispo afirma que eles disseram que “o chefe deu ordem para não matar [...] só para aprender a deixar de ser comunista” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 29/9/1976).

Outros documentos, além desses recortes de jornal, permitem a observação da repercussão do caso do sequestro, inclusive o posicionamento de algumas entidades e organizações.

Uma carta elaborada por algumas entidades estudantis, endereçada ao secretário-geral da CNBB, começa dizendo:

As entidades estudantis abaixo relacionadas vêm por meio desta manifestar sua solidariedade à CNBB e particularmente à pessoa do Excelentíssimo bispo D. Adriano Hipólito, da Diocese de Nova Iguaçu, diante dos lamentáveis fatos ocorridos no dia 22 de setembro, que causaram repúdios não só aos estudantes como a todo o povo brasileiro (Rio de Janeiro, setembro de 1976).

Esta carta contou com as seguintes assinaturas: UFRJ – Conselho de Representantes da Faculdade de Medicina; PUC – Diretório Central dos Estudantes, Diretório Acadêmico Galileu Galilei, Diretório Acadêmico Adhemar Fonseca, Centro Acadêmico Roquete Pinto, Associação de Pós-Graduação; Fefierj – Diretório Acadêmico Benjamim Batista; UFF – Diretório Acadêmico da Escola de Comunicação. Todos os documentos até então citados foram pesquisados no arquivo pessoal de Dom Adriano.

De acordo com Assis, “Dom Adriano é evocado por muitos como idealizador e efetivador de uma organização eclesial voltada para a ação sociotransformadora com base em ‘comunidades’ de convívio e atividades ao mesmo tempo religiosas e sociopolíticas” (ASSIS, 2008, p. 96). Contudo, este mesmo autor ressalta que “[...] é possível encontrar opiniões que o consideram como propagador de uma visão unilateral de Igreja, ao forçar a opção dos fiéis para um estilo político da religião” (ASSIS, 2008, p. 96).

Assim, podemos relacionar o trabalho socioreligioso de Dom Adriano como inserido no contexto de reivindicações contrárias ao governo militar e pela retomada do regime democrático no país em pleno regime ditatorial.

Podemos, então, identificá-lo como influenciado pela Teologia da Libertação, pois, de acordo com Leonardo Boff e Clodovis Boff, “a Teologia da Libertação busca inspiração na fé e no Evangelho como forma de refletir o cotidiano dos pobres e agir sobre ele” (BOFF e BOFF, 1986, p. 20).

A título de ressalva, ressaltamos que toda representação, como a que estamos fazendo agora sobre a trajetória do bispo, mesmo que baseada em informações orais, documentais e bibliográficas, é passível de distorções, suplementos e subtrações (JODELET, 2001, p. 36). Isso não significa que estamos construindo uma mera ficção sobre a história que tentamos compreender. Não chegamos a essa afirmação, mas compreendemos que as representações são reconstruções, ou seja, são versões ou interpretações de uma realidade que, por serem rerepresentadas, são cópia imperfeita de uma matriz que não existe mais: o passado. Por isso, entre um extremo de “ficcionalização” da realidade e uma verdade irrefutável, optamos pela ideia da representação: imperfeita, mas baseada em uma realidade. Nesta opção, Denise Jodelet (2001) expressa bem a nossa interpretação sobre a representação.

Feitas essas abordagens sobre “quem foi Dom Adriano”, passamos a uma breve descrição do que levantamos em seu arquivo. Vamos relatar, então, “o que ficou no arquivo”. A expressão “o que ficou” é proposital para ressaltar aquilo que Henry Rousso (1996) buscou explicar ao identificar os arquivos como o indício de uma falta. Este autor diz que podemos perceber os arquivos como vestígios do que se passou um dia, uma marca, ou seja, apenas um sinal, e não o que de fato aconteceu. Por outro lado, por serem vestígios, também acabam sendo indícios do que não “ficou”, do que muitos nem saberão que existiu (ROUSSO, 1996, p. 90).

Isto posto, ressaltamos que encontramos no parecer nº 16/2011 da Comissão Técnica para Avaliação de Acervos Privados de Interesse Público e Social<sup>5</sup> um diagnóstico da situação arquivística dos documentos custodiados no Arquivo Diocesano da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Essas informações são relevantes para contextualizar o local onde o arquivo de Dom Adriano é custodiado. Assim, seguindo com as informações referentes ao diagnóstico, de acordo com Comissão citada acima, apontamos que

o arquivo tem um único funcionário, o Sr. Antônio de Menezes, conhecido popularmente por Lacerda. Filósofo e historiador, tem formação religiosa e é conhecedor de práticas arquivísticas, sendo responsável pela *administração, pelo tratamento e pelo atendimento ao usuário*. O Sr. Menezes dispõe de amplo conhecimento do acervo, tanto de seu conteúdo quanto de sua localização, sendo imprescindível para o funcionamento do mesmo. (CONARQ, 2011, p. 4, grifo nosso).

Fica clara, portanto, a grande importância que o Sr. Menezes tem para esta pesquisa.

Percebemos, tanto nas visitas que fizemos à Cúria quanto no próprio texto do parecer, que “não há quadro de arranjo, nem uma organização, ou separação, intelectual formal em séries,

fundos e coleções, não havendo, por conseguinte, instrumentos de pesquisa constituídos ou algum tipo de base de dados” (CONARQ, 2011, p. 4).

É importante ressaltar que o arquivo pessoal de Dom Adriano constitui-se em um fundo arquivístico dentro do acervo da Cúria Diocesana. Foi adquirido, e não produzido por ela. Isso diz algo sobre a importância do arquivo do bispo para essa instituição, uma vez que não foi produzido para atingir os objetivos administrativos e pastorais da Diocese, embora atualmente seja custodiado por ela e possa servir a seus interesses.

Em visitas ao arquivo da Cúria, verificamos que o arquivo pessoal de Dom Adriano é formado pelos seguintes documentos: correspondências (cartas recebidas e expedidas); documentos referentes à formação eclesial do bispo; vida profissional (referentes à sua carreira desde padre, em 1942, até ser designado bispo de Nova Iguaçu, de 1966 a 1994); publicações próprias (textos escritos para jornais em que foi colunista e um livro editado como coletânea de alguns de seus escritos para o semanário *A Folha*); publicações de terceiros (entrevistas concedidas, artigos e livros acumulados); documentos referentes a homenagens (formalizando títulos, como o de cidadão de Nova Iguaçu, comendas e medalhas); fotografias (registrando diversos momentos); partituras (feitas pelo próprio Dom Adriano); e documentos audiovisuais (fitas VHS, fitas K-7 e filmes de rolo)<sup>6</sup>.

Nos documentos referentes às publicações de terceiros, destacamos a existência de alguns artigos, como entrevistas concedidas pelo bispo a periódicos de grande, média e pequena circulação. Tais documentos foram utilizados na elaboração do livro *Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão*. A título de exemplo, no texto do livro encontramos a seguinte passagem, com referência a uma entrevista de Dom Adriano concedida à revista *Playboy*:

‘Eles puseram um capuz na minha cabeça e me obrigaram a entrar num automóvel, arrancaram minhas roupas e passaram a chutar e pisar o meu corpo. Estava certo de que iam me matar’, relatou Dom Adriano em entrevista ao repórter Audálio Dantas, na edição de outubro de 1978 da revista *Playboy*. E prosseguiu o bispo: ‘Refleti sobre os motivos que levariam aqueles homens a me tirar a vida e concluí que aquilo tudo só podia ser consequência de minha atuação. A consciência disso me acalmou: preparei-me para morrer, enquanto eles prosseguiram com toda sorte de humilhações. Depois de esguicharem um *spray* de tinta vermelha pelo meu corpo, abandonaram-me, algemado e nu, numa rua escura de Jacarepaguá. (CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 37).

O trecho acima se refere ao sequestro sofrido por Dom Adriano em 1976. Este exemplo mostra um dos usos do arquivo de Dom Adriano feitos pela Cúria, assunto que será analisado mais adiante.

Após a análise dos usos do arquivo pessoal de Dom Adriano, trataremos da declaração de interesse público e social do arquivo permanente da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, e discutiremos a relevância, a princípio determinante, que tiveram a trajetória de Dom

Adriano e boa parte dos documentos que compõem seu arquivo pessoal, para que tal pedido de declaração tivesse a aprovação do CONARQ. Desta forma, de maneira implícita, buscaremos retratar a relevância e o que representam Dom Adriano e seu arquivo tanto para a Cúria Diocesana de Nova Iguaçu quanto para aqueles que demandaram e aqueles que aprovaram a declaração que, de forma clara, destaca o arquivo de Dom Adriano como um fundo de relevância para o acervo da Diocese de Nova Iguaçu e para a história recente do Brasil. Fundo este, por consequência, também declarado de interesse público e social, pois se encontra custodiado no arquivo permanente da referida Cúria.

Com base nas observações expostas sobre nosso objeto de estudo até este trecho, já fica notório que cada arquivo, seja ele público ou privado, institucional ou pessoal, tem características que o distingue dos demais, ou seja, cada arquivo é único. Essas características são impelidas pelo produtor do arquivo, pois este é “reflexo” daquele, levando-se também em conta as influências externas que impelem a produção dos arquivos. Em suma, quem faz com que essa diferenciação exista entre os arquivos são seus próprios produtores, pois suas intenções e ações produzem documentos para fins específicos, gerando, portanto, um conjunto de documentos organicamente relacionados que *representam* seu produtor.

## **A aquisição, o tratamento e os usos do arquivo pessoal de Dom Adriano pela Cúria Diocesana**

A aquisição do arquivo pessoal de Dom Adriano pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu foi um assunto abordado em entrevista feita com o Sr. Menezes (2014), pois é uma pessoa do quadro da Cúria que conhece e participou desse processo.

Com as informações transmitidas por Menezes, descobrimos que o arquivo foi doado à Cúria por iniciativa de Pilar, esposa de Fernando, sobrinho de Dom Adriano.

Após o falecimento do bispo aos 78 anos, de infarto, ocorrido em agosto de 1996, seu arquivo pessoal permaneceu em sua casa, e só depois foi doado à Cúria. Segundo Menezes (2014), “o arquivo dele estava na casa dele quando ele morreu [...]. Depois a sobrinha viu que tinha aqui [na Cúria] um arquivo formado, tinha uma pessoa cuidando do arquivo, então ela se sentiu, assim, segura em entregar o arquivo aqui para a Cúria”.

A justificativa para a doação, segundo Menezes, seria

porque tinha um arquivista aqui [na Cúria], tinha um funcionário, tinha uma pessoa que gostava do arquivo [...], que tem uma admiração sem limite pela pessoa de Dom Adriano. Então isso gerou uma certa confiança das pessoas, da família, em trazer. Então a pessoa [Pilar], quando trouxe, quando vem visitar aqui, ela sempre vai... Os olhos... Ela se enche de... Vão às lágrimas. Por isso, até que ela, às vezes, evita vir aqui, porque ela se emociona muito, a Pilar. Acho que isso não só com o arquivo de Dom Adriano, mas também com outros acervos. As pessoas têm uma confiança muito grande em mim, o que transcende o próprio arquivo da Cúria. Não sei se eu



consgo ser claro. Porque as pessoas me identificam muito com aquela pessoa que gosta da história de Nova Iguaçu (MENEZES, 2014).

Continuando a entrevista, Menezes nos conta que o acúmulo de arquivos pessoais de padres diocesanos vem sendo encarado como um processo que está se tornando padrão na Diocese. Segundo ele, a partir da aquisição e da custódia do arquivo pessoal de Dom Adriano, “[...] também criou-se uma prática na Diocese de que todo arquivo pessoal de padres, após o seu falecimento, venha para o arquivo da Cúria. Então já [se] criou essa prática na Diocese” (MENEZES, 2014).

Quando perguntamos se é dado algum tratamento especial ao arquivo pessoal de Dom Adriano, Menezes diz que

não. Não teve nenhum tratamento especial o arquivo de Dom Adriano. Única coisa que ele teve, que ele sofreu, ele foi limpo, vamos dizer, higienizado, foram tirados os cliques de ferro, e colocado dentro das caixas, caixas de papelão, caixas de arquivo. Sem nenhum tratamento, assim, e dentro de pastas, como estavam na casa dele. Do jeito que estava. A gente somente trocou as caixas, porque as caixas estavam muito velhas, mas preservou a mesma coisa. Não foram digitalizados. A única coisa que foi digitalizada do arquivo foram as fotos. As fotos dele. Foram digitalizadas. Algumas... Muitas entrevistas foram transcritas [...]. O boletim diocesano foi digitalizado, mas isso é uma parte muito pequena do arquivo dele. Muito pequena mesmo. Então, a gente não teve um tratamento arquivístico adequado, como manda hoje o arquivo moderno, o arquivo antenado. Nós não fizemos isso. (MENEZES, 2014).

Contudo, mesmo que Menezes afirme que não houve tratamento especial, percebemos que ações importantes foram adotadas, mesmo que preliminares, no âmbito da conservação preventiva. Como foi contado por Menezes, verificamos no Arquivo Diocesano a higienização e o reacondicionamento, que são práticas simples, mas que podem ter um efeito relevante para a sobrevida dos documentos de arquivo, embora, no caso, as caixas-arquivo não tenham sido as mais apropriadas. Quanto à digitalização das fotografias e à transcrição das entrevistas concedidas por Dom Adriano, essas tarefas, também simples, contribuem ainda mais para a preservação de tais materiais, pois evitam o acesso direto às fotografias e entrevistas, proporcionando, inclusive, facilidade de acesso de forma mais rápida, e, se necessário, compartilhada. Esse trabalho de digitalização serviu a esta pesquisa, pois os documentos se encontravam em uma página da internet sobre Dom Adriano, no *site* da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, onde os encontramos pela primeira vez.

Menezes deixa claro na entrevista e em conversas informais que tem um conhecimento arquivístico aprofundado, pois antes de assumir o Arquivo Diocesano fez alguns cursos sobre arquivo no Arquivo Público do Estado de São Paulo, estado onde ele residia quando foi convidado a assumir sua atual função na Cúria. Por isso Menezes responde fornecendo algumas informações de interesse arquivístico, como ao afirmar implicitamente que respeitou a ordem original do arquivo de Dom Adriano. Esse respeito à ordenação original

dos documentos se confirma na entrevista com Sada (2014), pois quando falamos dos documentos acumulados por Dom Adriano acerca de seu sequestro, ela lembrou o trabalho que teve com a encadernação dos recortes de jornais deixados até então, como nos contou.

Com relação aos usos feitos pela Cúria do arquivo pessoal do bispo, podemos destacar aqueles com fins práticos e os que chamaríamos de simbólicos.

Com relação aos usos práticos, identificamos quatro de fácil percepção em meio ao processo de pesquisa, especialmente quando da pesquisa de campo. Temos, então, para citar: dois produtos resultantes da comemoração dos 50 anos da Diocese de Nova Iguaçu, ocorrido em 2010, quando foram produzidos um (i) livro comemorativo e um (ii) documentário sobre esse aniversário da Diocese, criada em 26 de março de 1960. Ambas as produções retratam a história de Dom Adriano na Diocese, inclusive fazendo uso de alguns documentos de seu arquivo pessoal, especialmente das fotos, para reprodução, e de alguns textos, como material de pesquisa. Um terceiro produto fruto do uso do arquivo de Dom Adriano por parte da Cúria foi a divulgação em um (iii) *site* hospedado no portal da Diocese, hoje fora do ar, onde era possível encontrar digitalizações de alguns documentos originários do arquivo pessoal do bispo, como algumas de suas entrevistas. Quando fomos pela primeira vez à Cúria, não havia certeza de que teríamos acesso aos documentos de Dom Adriano. Mas, com o passar do tempo e com novas visitas para fins de pesquisa na instituição, percebemos que dar acesso aos documentos permanentes custodiados no Arquivo Diocesano é uma prática comum. Ou seja, mesmo sendo uma instituição privada, e por isso não sabíamos da possibilidade de acesso, buscávamos pesquisar sobre um arquivo pessoal, e, mesmo assim, o acesso é franqueado. Bem, então temos o último exemplo de uso percebido: o (iv) provimento de acesso aos documentos sobre (e de) Dom Adriano para fins de pesquisa, fonte importante para se estudar a história da Baixada durante o período do regime civil-militar. Neste uso, a Cúria acaba proporcionando a divulgação de várias coisas, como parte da história de Dom Adriano, da Baixada, de seu contexto político, e parte da própria constituição identitária da Diocese.

Nesse último uso do arquivo, no provimento de acesso aos documentos permanentes, encontra-se outro tipo de uso, de caráter simbólico e, na leitura aqui feita, intencional, de divulgação da figura do bispo e daquilo que ele representa para a Diocese. Tal processo, que proporciona a divulgação da história do bispo, contribui para reforçar a importância de seu arquivo pessoal, e também para ampliar a legitimidade da Cúria em falar sobre o bispo e “usar” sua história como um dos alicerces identitários da Diocese. Desta forma, não só, mas também, o arquivo serve de instrumento de legitimação de um viés identitário da instituição

Neste aspecto, podemos perceber novamente que “os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’”. (BOURDIEU, 2007, p. 9).

Segundo Bourdieu, o poder simbólico é de difícil identificação, pois é produzido e mantido por aqueles que talvez nem percebam que o produzem e o projetam. Segundo este

autor, “[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2007, pp. 7-8). Talvez, refletindo sobre alguns agentes da Cúria, mesmo que estes saibam de sua posição quanto à produção e manutenção desse poder simbólico, explicitar tal ciência limita sua legitimidade e seu alcance, pois, ao demonstrar saber que sustenta um poder dependente de um símbolo, que, neste caso, remete a um passado, é, por consequência, desnaturalizar um discurso e evidenciar uma construção com base em uma representação, o símbolo. Dessa forma, o poder simbólico na representação de Dom Adriano, legitimado, entre outros alicerces, pela custódia de seu arquivo pessoal pela Cúria, simbolicamente possibilita um discurso supostamente “verdadeiro” e fundamentado que confere força ao seu orador, servindo, *a priori*, para a manutenção de uma identidade entre a Diocese de Nova Iguaçu, sua trajetória e seus leigos. A força que mantém o laço entre Diocese e leigos vai além da fé, como se afirma, e se vale de instrumentos baseados, também e não somente, na manutenção de símbolos que conferem legitimidade à representação dessa Diocese diante de seus fiéis e da sociedade.

Como percebem Barros e Amélia, “[...] o arquivo está impregnado de práticas e sentidos mnemônicos e rememorativos que compõem a identidade de um povo” (BARROS & AMÉLIA, 2009, p. 55). Isso, mesmo se pensarmos sobre um arquivo pessoal, que acumula parte das lembranças de seu produtor, refletindo assim, mesmo que não “cristalinamente”, informações com as quais poderíamos identificar suas filiações identitárias. Essas autoras reforçam o caráter instrumental relacionado à manutenção identitária na rememoração proporcionada pelas sedimentações informacionais feitas nos arquivos, pois, segundo elas, “[...] a principal justificativa para a existência do arquivo é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva” (*Ibid.*, p. 58). Cabe ressaltar que, além dessas instrumentalidades, os arquivos existem para dar conta de mais do que o expresso pelas autoras, o que não significa que a afirmação delas deva ser excluída, mas apenas acrescida.

Assis e Panisset chegam a uma conclusão ao perceberem *os documentos eclesiais católicos como meios para a compreensão de identidades e de memórias*<sup>7</sup>. Para esses autores, “[...] os arquivos diocesanos católicos permitiriam observar, por meio de seus conjuntos documentais, as construções identitárias elaboradas pelas seleções, organização e arranjo do que deve ser resguardado” (ASSIS & PANISSET, 2006, p. 190).

Ainda sobre o caráter simbólico e identitário do qual os arquivos podem ser instrumentos, levando em consideração o caso de Dom Adriano e a Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, podemos encontrar na produção de Heymann uma explicação que se adequa à situação aqui analisada. Esta autora afirma que as “instituições criadas com a vocação declarada de preservar a memória têm sempre caráter político, na medida em que a memória

é instrumento político, capaz de criar identidades, de produzir um discurso sobre o passado e projetar perspectivas sobre o futuro” (HEYMANN, 2005, p. 10).

Em suma, com relação à legitimidade do discurso diocesano ancorado no legado de Dom Adriano, mas não só nele, podemos perceber que o arquivo pessoal do bispo, como parte do que ele deixou como vestígio de sua existência, pode ser entendido como um recurso material e simbólico. Para reforçar esta última afirmação, lembramos que os arquivos pessoais e institucionais circulam em espaços que os dotam de significado, ao passo que esses arquivos qualificam e legitimam esses mesmos espaços (HEYMANN, 2005, p. 9).

### **A relevância do arquivo pessoal de Dom Adriano para a declaração de interesse público e social do Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu**

Este trecho focará em compreender por que os documentos permanentes do Arquivo Diocesano foram declarados de interesse público e social, de acordo com a Lei 8.159/1991 e o Decreto 4.073/2002, e, se possível, em que medida o arquivo pessoal de Dom Adriano foi relevante para que a citada declaração fosse aprovada em plenária do CONARQ e decretada pela Presidência da República do Brasil, em 9 de maio de 2012.

Tabela 1

<b>Data</b>	<b>Documento</b>	<b>Descrição sintética do conteúdo</b>	<b>Descrição analítica do conteúdo</b>
29/06/2010	Ofício nº 2203/10 MPF/PRM/SJM/SCOJUR	Ofício encaminhado ao presidente do CONARQ solicitando verificar se os arquivos históricos da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu são de interesse público e social nacional.	Ofício expedido por Renato de Freitas Souza Machado, Procurador da República da Procuradoria da República no Município de São João de Meriti, encaminhado ao Presidente do CONARQ, Jaime Antunes da Silva, solicitando verificar [...] se os arquivos históricos da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu são de interesse público e social nacional. Na ocasião, foi anexado a este Ofício o Inquérito Civil Público nº 1.30.017.000191/2005-59, que contém (1) uma reportagem do jornal O DIA online, de 26/06/2005, que trata sobre o conteúdo e estado de conservação do acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, bem como explicita alguns projetos de pesquisa participante oriundas de algumas universidades, dentre elas a UFRRJ e UFF, que são desenvolvidos neste Arquivo; e (2) uma cópia do ofício nº 109/08/GAB-COPEDOC-IPHAN, de 18/04/2008, respondendo à solicitação de tombamento do acervo arquivístico da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Isso, em resposta ao ofício MPF/PRM/SJM/SOTC/N 259/08, também expedido por Renato Freitas Souza Machado, Procurador Regional da República de São João de Meriti, encaminhado ao IPHAN. Na ocasião, Lia Motta, Coordenadora-Geral

Tabela 1 (cont.)

Data	Documento	Descrição sintética do conteúdo	Descrição analítica do conteúdo
29/06/2010	Ofício nº 2203/10 MPF/PRM/SJM/SCOJUR	Ofício encaminhado ao presidente do CONARQ solicitando verificar se os arquivos históricos da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu são de interesse público e social nacional.	de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN, em resposta ao Procurador da República, encaminha, anexo ao ofício, um diagnóstico preliminar do acervo arquivístico da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, informando sobre boas condições de preservação do mesmo e aproveita para anunciar que serão tomadas as providências necessárias para a abertura do processo de tombamento do acervo em questão. Neste mesmo diagnóstico, Mônica Muniz Melhen e Zenaide de Freitas Santos, ambas servidoras do IPHAN, informam a necessidade de uma análise mais aprofundada do acervo a fim de proceder ao tombamento do mesmo, com base na Portaria nº 11, de 11/09/1986, do IPHAN, bem como aproveitam para sugerir outra possibilidade de medida preventiva a ser adotada com a finalidade de preservar e captar recursos para o tratamento do acervo da Cúria, ou seja: encaminhar uma solicitação de declaração de interesse público e social do acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu ao CONARQ. Isso foi feito e deu origem a este documento, que abriu o processo de declaração.
24/09/2010	Ofício nº 3141/10 MPF/PRM/SJM/SCOJUR	Ofício encaminhado ao presidente do CONARQ cobrando informações sobre o processo de declaração.	Ofício expedido por Renato de Freitas Souza Machado, Procurador da República da Procuradoria da República no Município de São João de Meriti, encaminhado ao Presidente do CONARQ, Jaime Antunes da Silva, solicitando informações atualizadas “[...] sobre as providências em relação ao Ofício nº 2203/10 MPF/PRM/SJM/SCOJUR”. O Procurador fixa prazo de 30 dias para a resposta e informa que usará a resposta do CONARQ para instruir o Inquérito Civil Público nº 1.30.017.000191/2005-59.
11/10/2010	Ofício nº 75/2010/CO-NARQ	Ofício encaminhado ao presidente do CONARQ cobrando informações sobre o processo de declaração.	Ofício expedido por Renato de Freitas Souza Machado, Procurador da República da Procuradoria da República no Município de São João de Meriti, encaminhado ao Presidente do CONARQ, Jaime Antunes da Silva, solicitando informações atualizadas “[...] sobre as providências em relação ao Ofício nº 2203/10 MPF/PRM/SJM/SCOJUR”. O Procurador fixa prazo de 30 dias para a resposta e informa que usará a resposta do CONARQ para instruir o Inquérito Civil Público nº 1.30.017.000191/2005-59.

Tabela 1 (cont.)

Data	Documento	Descrição sintética do conteúdo	Descrição analítica do conteúdo
11/10/2010	Ofício nº 75/2010/ CONARQ	Ofício expedido pelo presidente do CONARQ informando ao solicitante da declaração que alguns dos documentos custodiados na Cúria são automaticamente de interesse público e social, e que os demais serão avaliados por comissão técnica competente.	Ofício expedido por Jaime Antunes da Silva, então Presidente do CONARQ, em resposta ao Ofício nº 2203/10 MPF/PRM/SJM/SCOJUR. Neste documento, o Procurador da República é informado que (1) os registros de Batismo, Casamento e Óbito custodiados na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu e anteriores ao Código Civil, datado de 1916, são automaticamente considerados de interesse público e social, vide regulamentação da Lei 8.159/1991; (2) o restante dos documentos custodiados no acervo da Cúria serão avaliados por Comissão Técnica constituída pelo CONARQ com o objetivo de produzir parecer sobre a declaração de interesse público e social dos documentos a ser julgado pelo Conselho, vide disposto no Decreto 4.073/2002; (3) explicita que a referida Comissão Técnica entrará em contato com a Cúria a fim de avaliar in loco o seu acervo; e (4) por fim, afirma positivamente sobre o adequado tratamento técnico dispensado ao acervo por parte de seu responsável.
17/11/2010	Processo nº 00321.000002/2010 CONARQ DV	Registro de abertura do processo que visa avaliar o interesse público e social do arquivo permanente da Cúria.	Processo aberto pelo CONARQ com a finalidade de avaliar o acervo privado permanente da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu para declará-lo ou não de interesse público e social, de acordo com a Lei 8.159/91, Decreto 4.073/2002 e Resolução nº 17 do CONARQ.
17/11/2010	Minuta do parecer nº 16/2011	Minuta do parecer técnico que conclui pela pertinência da declaração. A versão final foi encaminhada e aprovada em sessão plenária do CONARQ.	Minuta expedida por Marilena Leite Paes, Coordenadora do CONARQ, encaminhando o texto do parecer que visa à declaração de interesse público e social do acervo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu para a Comissão Técnica, a fim de que esta analise a pertinência da Declaração e tome as providências decorrentes desta análise.
08/02/2011	Ofício nº 322/11/ MPF/PRM/SJM/S COJUR	Ofício encaminhado ao presidente do CONARQ cobrando informações sobre o processo de declaração.	Ofício expedido por Renato de Freitas Souza Machado, Procurador da República da Procuradoria da República no Município de São João de Meriti, encaminhado ao então Presidente do CONARQ, Jaime Antunes da Silva, solicitando informações atualizadas sobre o processo de declaração de interesse público e social da documentação permanente da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. O Procurador fixa prazo de 30 dias para a resposta e informa que usará a resposta do CONARQ para instruir o Inquérito Civil Público nº 1.30.017.000191/2005-59.

Tabela 1 (cont.)

Data	Documento	Descrição sintética do conteúdo	Descrição analítica do conteúdo
02/03/2011	Ofício nº 14/2001/CO-NARQ	Ofício expedido pelo presidente do CONARQ informando ao solicitante da declaração que a comissão técnica foi à Cúria e que o parecer produzido por esta comissão será avaliado em sessão plenária do CONARQ.	Ofício expedido por Jaime Antunes da Silva, então Presidente do CONARQ, encaminhado a Renato Freitas Souza Machado, Procurador Regional da República de São João de Meriti, em resposta ao Ofício nº 322/11/ MPF/PRM/SJM/SCOJUR, informando ao Procurador que a Comissão Técnica de Avaliação foi à Cúria Diocesana de Nova Iguaçu no dia 30/11/2011, e o parecer resultante desta visita será avaliado na Plenária do CONARQ, em sua próxima reunião, em 8/6/2011, para “[...] decisão terminativa a respeito do assunto”.
13/07/2011	Ata da 62a Reunião Plenária do CONARQ	Ata da sessão plenária que aprova o parecer que conclui pela pertinência da declaração de interesse público e social do arquivo permanente da Cúria.	Na Ata fica registrada a apresentação do parecer nº 16 por Marcelo Siqueira, membro da Comissão Técnica de Avaliação, que [...] conclui pela pertinência da Declaração de Interesse Público e Social do Acervo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu produzido e acumulado entre o século XIX e o ano 2000.
16/09/2011	Ofício nº 400/11 PRM-JOA 2925/11	Ofício encaminhado ao presidente do CONARQ cobrando informações sobre o processo de declaração.	Ofício expedido por Renato de Freitas Souza Machado, Procurador da República da Procuradoria da República no Município de São João de Meriti, encaminhado ao Presidente do CONARQ, Jaime Antunes da Silva, solicitando informações atualizadas sobre o processo de declaração de interesse público e social da documentação permanente da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. O Procurador fixa prazo de 30 dias para a resposta e informa que usará a resposta do CONARQ para instruir o Inquérito Civil Público nº 1.30.017.000191/2005-59.
03/10/2011	Ofício nº 91/2011/CO-NARQ	Ofício expedido pelo presidente do CONARQ informando ao solicitante da declaração que o parecer favorável à declaração foi aprovado pelo CONARQ.	Ofício expedido por Jaime Antunes da Silva, então Presidente do CONARQ, encaminhado a Renato Freitas Souza Machado, Procurador Regional da República de São João de Meriti, em resposta ao Ofício nº 400/11 PRM-JOA 2925/11, informando ao Procurador que a Comissão de Avaliação julgou procedente a declaração de interesse público e social da documentação permanente da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu e que este parecer favorável será encaminhado, primeiro, à assinatura dos membros da Comissão e, posteriormente, à sanção presidencial. Junto ao Ofício segue cópia do parecer.

Tabela 1 (cont.)

Data	Documento	Descrição sintética do conteúdo	Descrição analítica do conteúdo
08/11/2011	Ofício nº 095/2011/ CONARQ	Ofício expedido pelo presidente do CONARQ encaminhando o processo e minuta do Decreto para o Ministro da Justiça.	Ofício expedido por Jaime Antunes da Silva, então presidente do CONARQ, enviando em anexo o processo nº 00321.000002/2010, do CONARQ, e a minuta do Decreto de Declaração de Interesse Público e Social do acervo privado do Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu para a apreciação do então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso. Nesta data o Arquivo Nacional encontra-se subordinado ao Ministério da Justiça.
29/10/2012	Ofício nº 029/2012/ CONARQ	Ofício expedido pelo presidente do CONARQ para informar a Dom Luciano Bergamin, bispo da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu, que o processo de declaração chegou ao final, tendo a solicitação sido aprovada.	Ofício expedido por Jaime Antunes da Silva, então Presidente do CONARQ, encaminhado a Dom Luciano Bergamin, bispo da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu, para informá-lo de que foi decretado no dia 9 de maio de 2012, e publicado no Diário Oficial da União no dia seguinte, a declaração de interesse público e social do arquivo privado da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Segue anexo ao ofício uma cópia do citado Decreto e um diploma emitido pelo CONARQ ratificando o título em questão.
30/10/2012	Ofício nº 030/2012/ CONARQ	Ofício expedido pelo presidente do CONARQ informando ao solicitante que o processo de declaração chegou ao final, tendo a solicitação sido aprovada.	Ofício expedido por Jaime Antunes da Silva, então Presidente do CONARQ, encaminhado a Renato Freitas Souza Machado, Procurador Regional da República de São João de Meriti, para informá-lo de que foi decretado no dia 9 de maio de 2012, e publicado no Diário Oficial da União no dia seguinte, a declaração de interesse público e social do arquivo privado da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.

Com o intuito de representar a sequência de acontecimentos que culminaram nesta declaração, fomos ao CONARQ a fim de acessar os documentos que relatam esses fatos. A seguir, expomos o resultado da pesquisa baseada na consulta do processo administrativo nº 000002/2010DV, aberto em 17/11/2010 pelo CONARQ.

Considerando esse processo, cujo objeto é a declaração do arquivo permanente da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, procuraremos analisar a relevância que teve o arquivo de Dom Adriano para o êxito da solicitação formalmente feita ao CONARQ pelo procurador da República Renato Machado. Para compreendermos isso, algumas informações são relevantes.

Quanto à situação do arquivo do bispo, pode-se afirmar que ele não passou por um tratamento arquivístico completo, como já explicitado, mesmo – como se perceberá mais à frente – sendo um fundo de grande importância para a Cúria e para pesquisadores em geral. Ratificando isso, a Comissão Técnica para Avaliação de Acervos Privados de Interesse Público e Social registra em parecer que



a atuação do bispo Dom Adriano Hipólito, fartamente documentada pelo próprio e conservada originalmente como produzida, é exemplo da atividade de resistência promovida por diversos setores da sociedade, da ação empreendida para a consolidação de políticas sociais em nosso país e da proposta de um novo modelo de sociedade baseada em ideias mais progressistas da Igreja e da Teologia da Libertação. (CONARQ, 2011, p.7).

Quanto aos demais usuários do Arquivo Diocesano, além dos internos da Cúria, podemos dar alguns exemplos destacados pela própria Comissão, pois, segundo ela

inúmeros historiadores e pesquisadores vêm utilizando seu acervo em trabalhos acadêmicos e jornalísticos, propiciando ao cidadão uma leitura ampla e plural da história recente de nosso país. Podemos citar os historiadores Daniel Aarão Reis Filho, Carlos Fico, o jornalista Elio Gaspari e o americano brasilianista Keneth Serbin como pesquisadores de sua documentação. Além disso, a documentação referente aos movimentos sociais apoiados pela Diocese reflete a política adotada por uma significativa parcela da Igreja Católica no Brasil, servindo de análise para uma compreensão sociológica e histórica do período. (CONARQ, 2011, p.7).

Percebe-se, portanto, que outros atores buscam informações para suas pesquisas no Arquivo da Cúria Diocesana, inclusive o Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS)<sup>8</sup>. Além deste Grupo de Pesquisa, outros projetos acadêmicos dialogam com o Arquivo Diocesano. Porém, não contamos com o levantamento desses usuários externos que pesquisam especificamente sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano. Contudo, ratificando novamente a existência desses usuários, a Comissão registra que

alguns pesquisadores que utilizam o Arquivo colaboram na identificação e localização do acervo, da mesma forma que estudantes de Arquivologia e História que atuam em alguns projetos, tudo sob orientação do Sr. Menezes. Em um desses projetos, em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, foi realizada a higienização, o acondicionamento e a digitalização da documentação manuscrita, como os registros de batismo, casamento e óbito (1686 – 1930). (CONARQ, 2011, p.4).

Ainda de acordo com a mesma comissão, o acervo da Cúria é de propriedade do Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (CONARQ, 2011, p. 4), e quanto às condições de acesso,

a consulta é realizada em mobiliário próprio no mesmo local de guarda do acervo. O acesso é realizado no mesmo dia da visita, mas poderá ser concedido por agendamento em alguns casos. Parte da documentação de Dom Adriano Hipólito, constituída de correspondências particulares, possui restrição de acesso em virtude da intimidade e privacidade do titular. Não há serviço de reprografia, mas o usuário pode fotografar os documentos. (CONARQ, 2011, p.5).

Percebe-se, na leitura do referido parecer, que o arquivo de Dom Adriano teve peso especial na declaração de interesse público e social do arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, ressaltando ainda mais seu caráter representativo da Diocese. Em 2011, com o falecimento do padre Agostinho Pretto, que também obteve destaque por seu posicionamento

contrário ao regime civil-militar brasileiro, seu arquivo pessoal passou a ser custodiado pela Cúria Diocesana. Prática esta, como mencionada pelo Sr. Menezes em entrevista, que vem se tornando procedimento de rotina na Cúria. Contudo, não temos mais informações sobre essas aquisições de arquivos pessoais de outros casos que não seja o de Dom Adriano.

Ressaltando a relevância do arquivo pessoal de Dom Adriano para o Arquivo Diocesano<sup>9</sup>, a comissão registra que

uma considerável parcela do acervo é constituída pela documentação produzida, recebida e acumulada por Dom Adriano Hipólito, terceiro bispo de Nova Iguaçu e um dos principais nomes da Igreja Católica na luta contra o regime militar do Brasil (1964-1985). (CONARQ, 2011, p. 2).

Segundo Menezes (2014), quando indagado sobre a importância do arquivo pessoal do bispo, ele respondeu que “o arquivo de Dom Adriano é importantíssimo pela pessoa dele”. Após Menezes fazer este comentário, acabamos tratando de outros assuntos, mas, posteriormente, ele completou esta resposta dizendo:

o arquivo de Dom Adriano é a maior riqueza do arquivo, de uma certa forma. Uma outra riqueza que nós temos.... Tudo aqui é importante [...] Mas o arquivo de Dom Adriano é ele, é todo esse acúmulo que ele foi criando, formando desde a época em que ele era um jovem frei. Toda a correspondência, toda a vida pessoal dele está neste arquivo. Então, é um arquivo muito rico. (MENEZES, 2014).

Percebe-se, por fim, que essa importância não é conferida apenas por Menezes, mas ratificada no texto do parecer<sup>10</sup> feito pela Comissão Técnica, aprovado pelo CONARQ. Não que o arquivo pessoal de Dom Adriano tenha sido o único elemento responsável pela justificativa da declaração, mas esse arquivo fica evidenciado como um forte instrumento de legitimação de tal declaração. Concluímos, portanto, que ficou clara a relevância desse arquivo pessoal para a Cúria, tendo em vista a própria projeção de seu produtor enquanto esteve à frente da instituição, de 1966 a 1994.

## **Considerações finais**

Tendo em vista todo o exposto, percebemos a pluralidade de enfoques que podemos dar aos arquivos no âmbito da Arquivologia e por meio de diálogos interdisciplinares.

No caso desta pesquisa, optamos por compreender especialmente o contexto de produção, o interesse institucional em relação a um arquivo pessoal e os usos feitos deste arquivo. Tais enfoques tinham o intuito de compreender o caráter simbólico de que o arquivo de Dom Adriano Hipólito é imbuído, no sentido de ser instrumento para a manutenção de um modelo identitário para a Diocese de Nova Iguaçu.

Identificamos que este labor faz parte de um projeto capilar sustentado por agentes internos e externos à administração da Cúria, pois, como percebemos, a produção de sentido em torno do bispo como símbolo daquela Diocese, que tem hoje em seu arquivo

um instrumento importante neste contexto, só sobrevive se tiver ressonância social. Essa ressonância do aspecto simbólico pode ser reproduzida de forma consciente ou inconsciente. Contudo, dificilmente será revelado o caráter intencional ou planejado desta produção simbólica, pois assim o símbolo aparenta ser natural. Essa construção, apoiada na noção de naturalidade, tanto do símbolo quanto da produção documental, confere uma legitimidade ao “projeto” que, como percebemos, não é natural.

Em suma, esperamos que este artigo fomente a produção de conhecimentos dentro da Arquivologia que trabalhem o aspecto simbólico, identitário e político que envolvem a produção documental, seus usos, sua avaliação, conservação, aquisição, classificação, descrição e difusão, ou seja, estamos sugerindo a análise dos trabalhos arquivísticos e dos usos e usuários dos arquivos, com um olhar sobre os impactos dessas ações. Com isso, buscamos desenvolver perspectivas de estudo que poderíamos tentar classificar como uma “Sociologia dos Arquivos”<sup>11</sup>.

## Notas

<sup>1</sup> Este artigo apresenta resultados obtidos com a elaboração da dissertação defendida em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Arquivologia da UNIRIO, cujo título é “Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito”.

<sup>2</sup> A Teologia da Libertação (TdL) é uma corrente de pensamento que visa solucionar problemas relativos às injustiças sociais fundamentando-se no exemplo de Jesus Cristo.

<sup>3</sup> Dom Adriano caracterizava o povo da Baixada como “povo sofrido”, tanto que, em 1982, lançou um livro de crônicas sobre a vida na região da Diocese com o título de *Imagens de Povo Sofrido*. Livro publicado pela Editora Vozes, que reuniu algumas das crônicas que Dom Adriano escrevia e acrescentava à leitura litúrgica das missas da Diocese.

<sup>4</sup> Movimento surgido na década de 1970 que congregava associações de moradores, que se articulavam para reivindicar seus direitos. Foi institucionalizado no início dos anos 1980, transformando-se em federação.

<sup>5</sup> Parecer n° 16/2011, da Comissão Técnica para Avaliação de Acervos Privados de Interesse Público e Social do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. Este parecer, que propõe declarar de interesse público e social o acervo documental privado da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, foi promulgado pela presidente Dilma Rousseff em 9 de maio de 2012. Este decreto não tem número,

mas pode ser encontrado no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2012, seção 1, página 4.

<sup>6</sup> Talvez existam mais documentos, porém, como não tivemos acesso ostensivo a eles, não pudemos conhecer com certeza a totalidade desse arquivo.

<sup>7</sup> Este trecho em itálico é o próprio título do artigo publicado por Assis e Panisset, na revista eletrônica Arquivística.net, em 2006.

<sup>8</sup> Grupo de pesquisa do qual faço parte desde 2009. É coordenado pelo Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis, docente do curso de Arquivologia da UNIRIO e do PPGARQ.

<sup>9</sup> O arquivo pessoal de Dom Adriano representa um fundo arquivístico custodiado na Cúria Diocesana pelo Arquivo Diocesano.

<sup>10</sup> O texto do parecer a respeito do Arquivo Diocesano e outros podem ser lidos na íntegra acessando o site do Conselho Nacional de Arquivos (<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>), no menu “Declaração de Interesse Público e Social”.

<sup>11</sup> Esta perspectiva de análise da Arquivologia, dos Arquivos e do fazer arquivístico vem sendo amadurecida no âmbito do Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais, vinculado à UNIRO e coordenado pelo Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis. Caracterizamos a expressão “Sociologia dos Arquivos” como uma noção possível de ser desenvolvida no intuito de categorizar e fomentar determinados estudos arquivísticos.

## Referências Bibliográficas

ASSIS, João Marcus Figueiredo; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho. "Os documentos eclesiais católicos como meios para a compreensão de identidades e de memórias sociais". *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, pp.185-196, ago./dez. 2006.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. *Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu*. Tese de Doutorado (Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Rio de Janeiro, 2008.

BARROS, Dirlene Santos e AMÉLIA, Dulce. "Arquivo e memória: uma relação indissociável". *TransInformação*, Campinas, 21(1): 55-61, jan./abr., 2009.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 10ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (RJ). *Parecer nº 16/2011*, de 28 de março de 2011. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU. *Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão*. Rio de Janeiro, 2010.

DAVID, Sada Baroud. Sada Baroud David: depoimento [25 jan. 2014]. Entrevistador: Bruno Leite. Nova Iguaçu: Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais da UNIRIO.

HEYMANN, Luciana Quillet. "Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, jun./dez. pp. 43-58, 2005.

JODELET, Denise. "As representações sociais". In: *Representações sociais: um domínio em expansão*. Tradução de Lillian Ulup. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. cap. 1, pp.17-44.

MENEZES, Antônio. Antônio Menezes: depoimento [23 jan. 2014]. Entrevistador: Bruno Leite. Nova Iguaçu: Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais da UNIRIO.

MILLS, Charles Wright. "A imaginação sociológica". Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996.

Recebido em 28/05/2015

Aprovado em 14/06/2015



**Dossiê:  
450 anos da  
cidade do Rio de Janeiro**

